

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Pref. Hiro Vieira" RUA BERNARDINO BOGO, 175 87160-000 FONE/FAX (0__44) 3245-1545 77.643.443/0001-25

RESOLUÇÃO Nº 154/2013

CONCEDE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES EFETIVOS E EM ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR GUSTAVO HENRIQUE SAES, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ART. 16, INCISO VII, ALÍNEA "G", DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, E COM FUNDAMENTO NO DISPOSTO NO ART. 41, DA LEI MUNICIPAL Nº 1839/13, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013, PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

- Art. 1º O Poder Legislativo concederá auxílio-alimentação mensal aos seus servidores efetivos e em atividade que percebam valores brutos, a título de remuneração mensal, iguais ou inferiores a 1,65 (um vírgula sessenta e cinco) salários mínimos nacional vigente.
- Art. 2º O auxílio-alimentação será concedido na forma de cesta básica.
- **Art. 3º** O valor máximo do auxílio-alimentação será fixado por ato do Presidente da Câmara Municipal, podendo ocorrer variação para mais ou para menos diante das disponibilidades financeiras do Legislativo.
- Art. 4º Visando organizar o recebimento do auxílio-alimentação, fica definido que:

 I os servidores que possuírem direito à percepção do auxílio-alimentação receberão uma requisição expedida pelo Departamento Administrativo da Câmara, juntamente com seus respectivos comprovantes de pagamento de remuneração mensal;
- II de posse da requisição, os servidores dirigir-se-ão ao estabelecimento comercial indicado pela Câmara e divulgado pelo Departamento Administrativo para a retirada da cesta básica, entre o primeiro e o quinto dia útil da cada mês, considerando-se também como dia útil o sábados.
- Art. 5º O auxílio-alimentação não se incorporará à remuneração dos servidores da Câmara e sobre ele não incidirão quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, sendo de caráter indenizatório.

Parágrafo único. O auxílio-alimentação não será configurado como rendimento tributável e nem servirá de base para incidência de contribuição ou benefícios previdenciários.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Pref. Hiro Vieira" RUA BERNARDINO BOGO, 175 87160-000 FONE/FAX (0__44) 3245-1545 77.643.443/0001-25

Art. 6º O auxílio-alimentação não será, em hipótese alguma pago em dinheiro e nem caracterizado como salário utilidade ou pretensão salarial in natura.

Art. 7º Em caso do cumprimento de jornada reduzida a requerimento do servidor, o auxílio-alimentação será devido proporcionalmente à jornada cumprida.

Art. 8º É expressamente proibida a cessão, troca ou venda da cesta básica, a qualquer pretexto que seja, sob pena de revogação imediata e definitiva do benefício concedido.

Art. 9º Perderá o direito ao auxílio-alimentação o servidor que:
I - tiver duas faltas injustificadas durante o mês da percepção do benefício;
II - estiver afastado de suas funções para tratar de assuntos particulares;
III - for apenado com a pena de suspensão.

- **Art. 10.** Ocorrendo variação no orçamento da Câmara que possa afetar o regular funcionamento de suas atividades, o benefício previsto nesta Resolução poderá ser revogado a qualquer tempo pelo Poder Legislativo.
- Art. 11. A concessão do auxílio-alimentação de que trata esta Resolução deverá observar rigorosamente as normas que regem as licitações em geral.
- **Art. 12.** Para fins de verificação da qualidade e quantidade de produtos integrantes das cestas, a Comissão de Recebimento de Bens e Serviços da Câmara Municipal promoverá, bimestralmente, a fiscalização das mesmas, por amostragem.
- Art. 13. As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento geral da Câmara Municipal, suplementada se necessário.
- Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mandaguaçu, 24 de outubro de 2013.

GUSTAVO HENRIQUE SAES PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU PR

NA EDIÇÃO Nº/2/57 PG.

DE /